

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03/2022 - Junho/2022



ÍNDICE

06

Boletim Informativo - CAOPAM

07

Notícias do MPBA - MP participa de reunião nacional sobre patrimônio público

08

Notícias do MPBA - MP e Tribunais de Contas definem ações conjuntas de fiscalização dos gastos públicos com festas juninas

08

Notícias do MPBA - MP, TCE e TCM reforçam atuação preventiva integrada para controle de gastos com festejos

09

Notícias do MPBA - Recomendação da PGJ orienta atuação do MP quanto a gastos públicos com festejos juninos

09

Notícias do MPBA - MP Conecta – Podcast estreia com entrevista sobre controle de gastos nos festejos juninos

09

Notícias do MPBA - Curso do MP aborda a otimização da atuação na defesa do patrimônio público

10

Notícias do MPBA - Município de Irecê é recomendado a somente efetuar gastos com festas caso exista previsão na LOA

10

Notícias do MPBA - MP solicita cancelamento do ‘São João do Sessentão’ em Wenceslau Guimarães



10

Notícias do MPBA - 'São João do Sessentão' em Wenceslau Guimarães é cancelado pela Justiça

11

Notícias do MPBA - STJ suspende decisão que autorizou Festa da Banana em Teolândia

11

Notícias do MPBA - MP recomenda cancelamento dos festejos juninos em Presidente Tancredo Neves

11

Notícias do MPBA - Prefeitura de Presidente Tancredo Neves atende MP e cancela festejos juninos

12

Notícias do MPBA - MP oficia Estado e Prefeitura de Salvador sobre festa junina no Parque de Exposições e filas de vacinação na capital

12

Notícias do MPBA - MP pede à Justiça suspensão de contratos e pagamentos de festa junina em Eunápolis

12

Notícias do MPBA - Justiça suspende pagamentos de shows e estrutura de festa em Eunápolis

13

Notícias do MPBA - Município de Guanambi firma acordo com MP para realização de concurso público

13

Notícias do MPBA - Acordo prevê realização de concurso público em Cristópolis



13

Notícias do MPBA - MP recomenda alterações em edital de concurso público do Município de Cristópolis

14

Notícias do MPBA - MP aciona Município de Poções para realização de concurso público

14

Notícias do MPBA - Justiça determina suspensão de processos seletivos simplificados em Poções

14

Notícias do MPBA - Município de Poções celebra acordo com MP para realização de concurso público

15

Notícias do MPBA - Ações de força-tarefa do Cira recuperaram mais de R\$ 24 milhões aos cofres estaduais apenas este ano

15

Notícias do MPBA - Segunda fase da Operação Imobilis cumpre buscas na Bahia e Piauí

15

Notícias do MPBA - Oito pessoas são presas na terceira fase da operação Inventário

15

Notícias do MPBA - MP recomenda exoneração de dois secretários de Santaluz

16

Notícias do MPBA - MP recomenda suspensão do aumento para prefeito, vereadores e outras autoridades em Bom Jesus da Lapa



ÍNDICE

16

Notícias do MPBA - Município de Juazeiro é acionado por irregularidades constatadas em UPA

16

Notícias do MPBA - Município de Itiúba se compromete a extinguir cargos comissionados e realizar concurso público para as vagas

16

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Barreiras suspensão de concorrência pública para coleta de lixo em razão de irregularidades

17

Notícias do STF

20

Notícias do STJ

22

Expediente

Prezados colegas,

Apresento a terceira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2022. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



MP participa de reunião nacional sobre patrimônio público

O Ministério Público estadual, por meio do coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) do MPBA, o promotor de Justiça Frank Monteiro Ferrari, participou da reunião do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP) nos dias 12 e 13, na cidade do Rio de Janeiro. O encontro contou com a participação dos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional do Patrimônio Público dos Ministérios Públicos.

Na reunião, foram discutidos o planejamento estratégico para o próximo período de 2022/2023 e a necessidade de desenvolver novas formas de atuação na defesa do patrimônio público, sobretudo por meio da integração das áreas cíveis e crimes, entre outros temas.

[+ Veja mais](#)





MP e Tribunais de Contas definem ações conjuntas de fiscalização dos gastos públicos com festas juninas

Ações conjuntas de fiscalização e de orientação dos gestores públicos sobre gastos realizados com os festejos juninos foram debatidas pelo Ministério Público estadual e Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios hoje, dia 13. Durante a reunião, o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari, e os presidentes do TCE e TCM, respectivamente, Marcus Presidio e Plínio Carneiro, definiram que as atividades de fiscalização terão o propósito de assegurar [...]

[+ Confira](#)



MP, TCE e TCM reforçam atuação preventiva integrada para controle de gastos com festejos

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti e os presidentes dos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios, respectivamente Marcos Presídio e Plínio Carneiro, reuniram-se nesta segunda-feira, dia 20, para reforçar a atuação integrada de fiscalização e controle dos gastos com os festejos juninos. Eles ressaltaram a parceria interinstitucional que foi estabelecida para a disponibilização e compartilhamento de dados e informações que subsidiem, principalmente, as ações e medidas preventivas. [...]

[+ Veja mais](#)



Recomendação da PGJ orienta atuação do MP quanto a gastos públicos com festejos juninos

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti expediu recomendação aos promotores de Justiça que orienta a atuação do Ministério Público estadual no acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos com os festejos juninos deste ano. A recomendação foi publicada ontem, dia 10, no Diário de Justiça Eletrônico. No documento, com ressalvas à independência funcional dos membros, a PGJ recomenda que os promotores de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa instaurem procedimentos administrativos para acompanhar a “legalidade, economicidade e transparência dos gastos públicos relacionados com os festejos juninos de 2022, primando, sempre que possível, pelo diálogo com os gestores na adoção de medidas preventivas [...]”

[+ Leia mais](#)



MP Conecta – Podcast estreia com entrevista sobre controle de gastos nos festejos juninos

O controle de gastos com os festejos juninos é o tema de abertura do ‘[MP Conecta](#)’, podcast do Ministério Público do Estado da Bahia, no ar pela primeira vez hoje, dia 14, no perfil ‘MPdaBahia’, na plataforma Spotify; na Rádio MP da Bahia e no [Youtube do MP](#). O entrevistado é o promotor de Justiça Frank Ferrari, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa (Caopam). [...]

[+ Continue lendo](#)

Curso do MP aborda a otimização da atuação na defesa do patrimônio público

Estratégias para otimizar a atuação do MP na defesa do patrimônio foram discutidas durante curso para membros e servidores da instituição. O evento, transmitido nas últimas terça (30) e quarta-feira (31), foi promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Moralidade Administrativa do Ministério Público (Caopam). Na abertura do evento, o coordenador do Ceaf, o promotor de Justiça Thiago Quadros, destacou a necessidade de promover a otimização dos processos e dos recursos do MP. “A otimização de nossa atuação e a concentração de energias tem sido uma máxima que permeia todas as áreas de atuação. Estamos imbuídos do propósito de conseguir identificar qual é o ponto ideal de atuação do Ministério Público”. [...]

[+ Confira](#)



Município de Irecê é recomendado a somente efetuar gastos com festas caso exista previsão na LOA

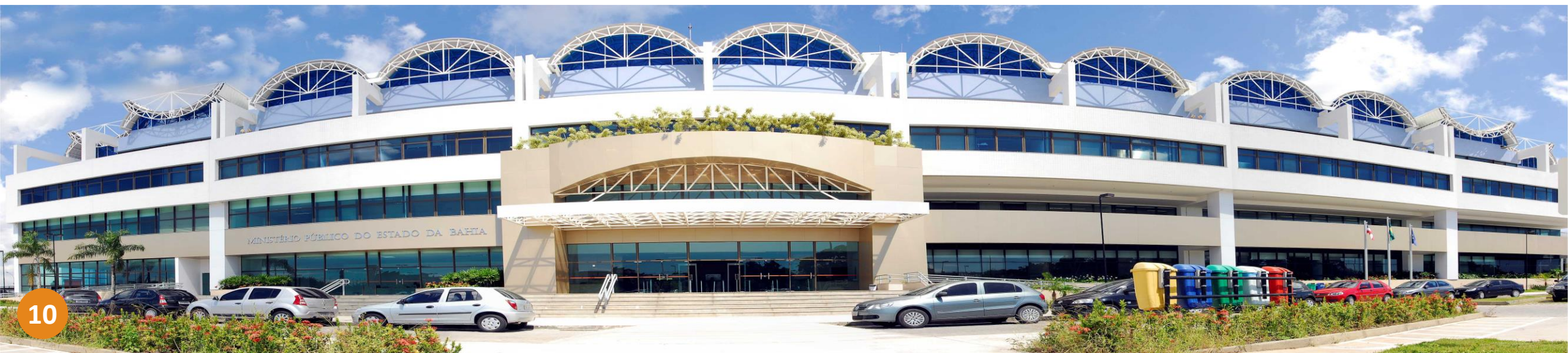
O Ministério Público estadual recomendou na última segunda-feira (2) ao Município de Irecê que somente efetue gastos com festejos, tais como São João e aniversário da cidade, caso exista previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) que os autorize. Além disso, as despesas devem ser compatíveis com os limites previstos [...] [+ Continue lendo](#)

MP solicita cancelamento do 'São João do Sessentão' em Wenceslau Guimarães

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o Município de Wenceslau Guimarães e seis empresas hoje, dia 14, solicitando à Justiça que determine, imediatamente, o cancelamento do 'São João do Sessentão'. O Município encontra-se em estado de emergência e tem previsão de gastar mais de R\$ 1,2 milhão com a festa, que está [...] [+ Confira](#)

'São João do Sessentão' em Wenceslau Guimarães é cancelado pela Justiça

A Justiça determinou o cancelamento dos festejos juninos da cidade de Wenceslau Guimarães, na região sul da Bahia. A determinação, proferida ontem, dia 14, atende a pedido liminar do Ministério Público estadual realizado em ação civil pública ajuizada pela promotora de Justiça Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti. A juíza Luana Paladino proibiu [...] [+ Prossiga](#)





STJ suspende decisão que autorizou Festa da Banana em Teolândia

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, acatou recurso do Ministério Público estadual e suspendeu ontem, dia 5, a decisão de segunda instância, proferida por um juiz substituto de plantão do segundo grau. Com isso, foi restabelecida, até trânsito julgado do processo, a decisão liminar de primeira instância que acatou pedido da ação civil pública ajuizada pelo MP para cancelamento da festa. Segundo o ministro, o gasto de altos valores para um município de apenas vinte mil habitantes e em situação de emergência declarada justifica a providência tomada inicialmente de suspender a realização do evento. O presidente do STJ considerou, diferente do [...]

[+ Continue lendo](#)



MP recomenda cancelamento dos festejos juninos em Presidente Tancredo Neves

O Ministério Público estadual recomendou hoje, dia 15, que o Município de Presidente Tancredo Neves, região sul da Bahia, cancele os festejos juninos da cidade, previstos para ter início a partir do próximo dia 23. Segundo a recomendação, encaminhada pelo promotor de Justiça Gustavo Fonseca Vieira, a Prefeitura informou que os gastos iniciais previstos para a realização da festa seriam de R\$ 2,9 milhões, que sairiam dos cofres do Município, pois não houve incentivos federal e estadual ou captação de patrocínios. [...]

[+ Confira](#)

Prefeitura de Presidente Tancredo Neves atende MP e cancela festejos juninos

A Prefeitura de Presidente Tancredo Neves cancelou os festejos juninos da cidade, que estavam previstos para ter início a partir do próximo dia 23. O cancelamento atende uma recomendação do Ministério Público estadual. Segundo a recomendação, encaminhada pelo promotor de Justiça Gustavo Fonseca Vieira, a Prefeitura informou que os gastos iniciais previstos para a realização da festa seriam de R\$ 2,9 milhões, que sairiam dos cofres do Município, pois não houve incentivos federal e estadual ou captação de patrocínios. O valor, aponta o promotor, representa 3,3% de toda a receita municipal prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2022 e supera os quase R\$ 2,2 milhões de recursos próprios [...]

[+ Leia mais](#)



MP oficia Estado e Prefeitura de Salvador sobre festa junina no Parque de Exposições e filas de vacinação na capital

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Trabalho para Acompanhamento das Ações de Enfrentamento do Coronavírus, expediu ofícios ao Estado e à Prefeitura de Salvador solicitando informações sobre as filas da vacinação na capital e sobre medidas relacionadas à Covid-19 no evento 'São João Bahia 2022 – Valeu Esperar' [...]

[+ Confira](#)



MP pede à Justiça suspensão de contratos e pagamentos de festa junina em Eunápolis

O Ministério Público estadual solicitou à Justiça, em ação civil pública ajuizada na última terça-feira, dia 21, que suspenda todos os processos de licitação em andamento, os contratos já assinados e os pagamentos de quaisquer despesas com a festa 'São João se Encontra com Pedrão em Eunápolis', até que o Município realize a comprovação completa dos gastos programados e demonstre a existência de lastro orçamentário para a realização do evento em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A segunda etapa do evento tem programação entre os dias 29 de junho e 3 de julho. A primeira parte do festejo teve [...]

[+ Continue lendo](#)

Justiça suspende pagamentos de shows e estrutura de festa em Eunápolis

O Tribunal de Justiça da Bahia acatou pedido liminar apresentado em agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público estadual e determinou ao Município de Eunápolis que suspenda todos os processos de pagamento não integralizados com bandas, artistas, shows, estruturas e demais gastos com a festa denominada 'São João se encontra com o Pedrão de Eunápolis'. [...]

[+ Leia mais](#)

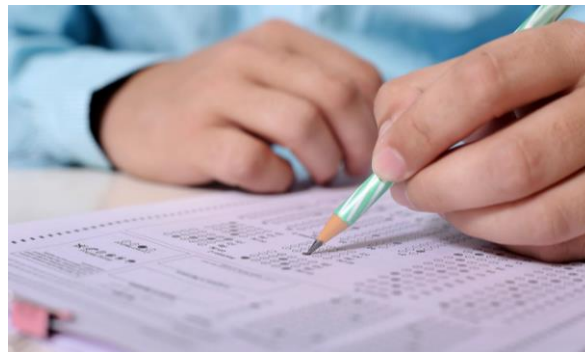




Município de Guanambi firma acordo com MP para realização de concurso público

O Município de Guanambi firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público estadual para realização de concurso público de provas e títulos visando o preenchimento de cargos vagos e com alta incidência de contratações temporárias nos anos de 2021 e 2022, bem como cadastro reserva. O resultado final do concurso deve ser homologado até o dia 31 de maio de 2023. Além disso, para os cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias, o Município de Guanambi deve lançar o edital do concurso público até o dia 31 de julho e homologar o mesmo até 31 de dezembro deste ano. Segundo a promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, autora do TAC, o Município de [...]

[+ Continue lendo](#)



Acordo prevê realização de concurso público em Cristópolis

O Ministério Público estadual firmou, na última quarta-feira, dia 15, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Cristópolis, que se comprometeu a realizar concurso público de provas e títulos para o preenchimento dos cargos vacantes e necessários, bem como para cadastro de reserva, com homologação do resultado final até 30 de novembro de 2022. [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda alterações em edital de concurso público do Município de Cristópolis

O Ministério Público estadual recomendou, ontem, dia 10, ao Município de Cristópolis, à Comissão do Concurso Público e à entidade ou pessoa jurídica responsável pela sua realização, que sejam promovidas alterações imediatas em duas cláusulas referentes a pessoas com deficiência no Edital n. 01/2022 do concurso público divulgado no Diário Oficial do Município no dia 03 de maio. Na recomendação, o promotor de Justiça André Luís Silva Fetal orienta que haja anulação integral e nova redação da cláusula 3.3 do edital, que exige a anexação “em campo específico no ato da inscrição, de atestado médico de compatibilidade funcional entre a atividade a ser exercida e sua deficiência [...]

[+ Leia mais](#)



MP aciona Município de Poções para realização de concurso público

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o Município de Poções para que a Justiça determine a publicação de edital do concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos eventualmente vagos e para cadastro reserva. Além disso, a ação requer que o Município promova a nomeação dos aprovados e a substituição de todos os funcionários contratados e terceirizados em desacordo com a Constituição da República e demais diplomas legais. 'O Município de Poções age como se não precisasse cumprir [...]

[+ Leia mais](#)

Justiça determina suspensão de processos seletivos simplificados em Poções

*A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou a suspensão imediata dos processos seletivos simplificados para contratação temporária no Município de Poções regidos pelos editais 01/2022, 02/2022 e 03/2022. Além disso, deve dar ampla divulgação a essa suspensão dos processos seletivos em redes sociais e sites. Na decisão, o juiz Ricardo Frederico Campos determinou também que a administração municipal forneça, no prazo de 15 dias, a relação de servidores efetivos, contratados e terceirizados do município, relacionando os nomes, cargos, vencimentos, lotações, datas de admissão e prorrogação. O Município deve ainda comprovar a suspensão da ata de registro [...]

[+ Confira](#)



Município de Poções celebra acordo com MP para realização de concurso público

O Ministério Público estadual e o Município de Poções celebraram na última sexta-feira, dia 13, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para realizar concurso público e regularizar processos de contratação de funcionários da gestão municipal. O termo, assinado pelo promotor de Justiça Ruano Leite e pela prefeita Irenida Cunha Magalhães, dispõe que o Município de Poções deve realizar concurso público de provas e títulos para o preenchimento dos cargos vacantes e necessários e para o cadastro de reserva [...]

[+ Continue lendo](#)



Ações de força-tarefa do Cira recuperaram mais de R\$ 24 milhões aos cofres estaduais apenas este ano

Os integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) participaram na manhã de hoje, dia 5, de uma reunião na sede do Tribunal do Justiça da Bahia (TJBA), onde foram apresentadas as ações e planejamento operacional para 2022. O encontro foi aberto [...]

[+ Continue lendo](#)

Segunda fase da Operação Immobilis cumpre buscas na Bahia e Piauí

A segunda fase da 'Operação Immobilis' cumpriu na manhã desta terça-feira (17), em Camaçari e Teresina, dois mandados de busca e apreensão contra uma nova investigada na operação contra organização criminosa dedicada à prática de transações imobiliárias fraudulentas na Bahia e em outros estados. As buscas domiciliares foram decretadas [...]

[+ Leia mais](#)



Oito pessoas são presas na terceira fase da operação Inventário

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Apoio Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), deflagrou na manhã desta terça-feira, dia 7, a terceira etapa da 'Operação Inventário', batizada de "Turandot", para cumprimento de oito mandados de prisão preventiva decretados pela 1ª Vara Criminal de Paulo Afonso. A "Turandot" investiga [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda exoneração de dois secretários de Santaluz

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Letícia Baird, recomendou hoje, dia 16 que o prefeito de Santaluz exonere os secretários de Serviços Públicos, Eliúde dos Santos Reis; e de Indústria, Comércio e Mineração, José Hailton Carneiro de Oliveira, ambos condenados por atos de improbidade. A promotora de Justiça considerou que [...]

[+ Veja mais](#)



MP recomenda suspensão do aumento para prefeito, vereadores e outras autoridades em Bom Jesus da Lapa

O Ministério Público, por meio da promotora de Justiça Amanda Buarque Bernardo, recomendou que o Município de Bom Jesus da Lapa adote as medidas necessárias para suspender a execução das Leis 655 e 656 de 2020, que aumentaram em mais de 40% os subsídios do prefeito [...]

[+ Leia mais](#)

Município de Juazeiro é acionado por irregularidades constatadas em UPA

Irregularidades constatadas na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h Dr. João Oliveira levaram o Ministério Público estadual a ajuizar ação civil pública contra o Município de Juazeiro hoje, dia 21. No documento, a promotora de Justiça Rita de Cássia Caxias de Souza solicita à Justiça que determine ao Município que reestruture a UPA [...]

[+ Continue lendo](#)



Município de Itiúba se compromete a extinguir cargos comissionados e realizar concurso público para as vagas

O Município de Itiúba se comprometeu a, no prazo de cinco meses, encaminhar para o legislativo projeto de lei para extinção dos cargos comissionados irregulares existentes na estrutura do Município. O acordo, firmado hoje, dia 22, junto ao promotor de Justiça Igor Clóvis Miranda, prevê a realização de [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda ao Município de Barreiras suspensão de concorrência pública para coleta de lixo em razão de irregularidades

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça André Luis Silva Fetal, recomendou ao Município de Barreiras a suspensão da tramitação da concorrência pública n. 005/2022 para contratação de empresa de coleta e transporte de resíduos sólidos de saúde com os serviços de limpeza urbana [...]

[+ Veja mais](#)



Tribunal de Contas estadual: requisitos constitucionais para a criação de cargos em comissão - ADI 6655/SE

RESUMO: É inconstitucional a criação de cargos em comissão sem a devida observância dos requisitos indispensáveis fixados pelo STF.

A Constituição Federal reservou à Administração Pública regime jurídico minucioso na conformação do interesse público com a finalidade de resguardar [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1053/2022 - Brasília, 13 de maio de 2022



Isenção da taxa de inscrição em concurso público a servidores públicos estaduais - ADI 5818/CE e ADI 3918/SE

RESUMO: É inconstitucional lei estadual que isenta servidores públicos da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela Administração Pública local, privilegiando, sem justificativa razoável para tanto, um grupo mais favorecido social e economicamente.

O STF compreende o concurso público como [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1054/2022 - Brasília, 20 de maio de 2022



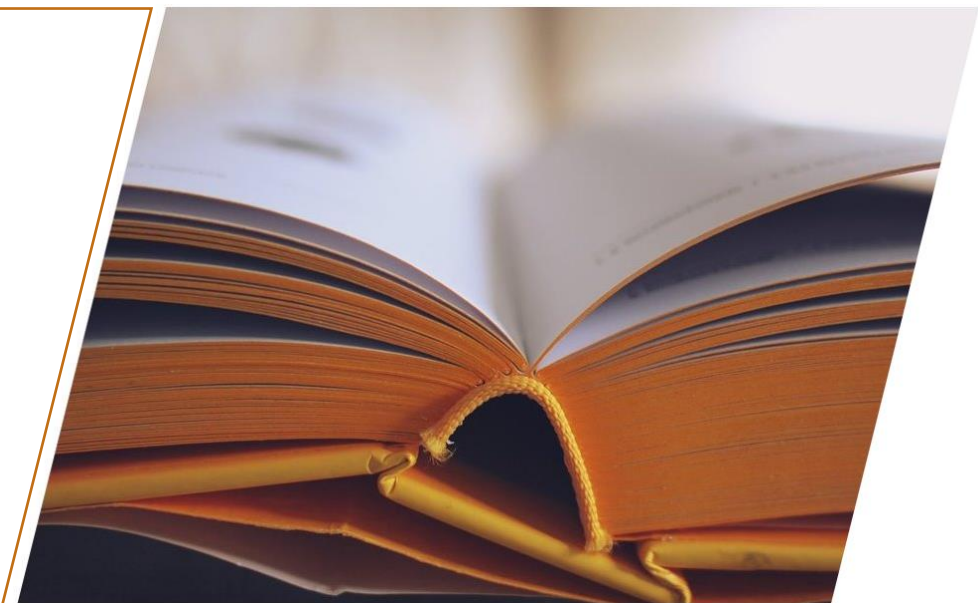
Extensão da licença-maternidade a servidor público pai solo - RE 1348854/SP (Tema 1182 RG)

RESUMO: O servidor público que seja pai solo – de família em que não há a presença materna – faz *jus* à licença maternidade e ao salário maternidade pelo prazo de 180 dias, da mesma forma em que garantidos à mulher pela legislação de regência.

A construção interpretativa e jurisprudencial do Tribunal, acompanhando os avanços da Constituição [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1054/2022 - Brasília, 20 de maio de 2022



Contratação temporária: vacância de cargo público efetivo e educação pública - ADPF 915/MG

RESUMO: É inconstitucional norma estadual que, de maneira genérica e abrangente, permite a convocação temporária de profissionais da área da educação sem prévio vínculo com a Administração Pública para suprir vacância de cargo público efetivo.

O Plenário da Corte deliberou que a medida viola [...]

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1055/2022 - Brasília, 27 de maio de 2022





Auditor substituto de conselheiro de Corte de Contas estadual e remuneração proporcional - ADI 6951/CE e ADI 6952/AM

RESUMO: É constitucional norma estadual que prevê o pagamento proporcional da remuneração devida a conselheiro de Tribunal de Contas para auditor em período de substituição.

Com efeito, trata-se de compensação financeira, justa e devida, cuja constitucionalidade já foi reconhecida [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1058/2022 - Brasília, 17 de junho de 2022





Servidor público. Valores recebidos. Decisão judicial precária. Reforma posterior. Restituição. Possibilidade.

DESTAQUE: Valores recebidos por servidores públicos por força de decisão judicial precária, posteriormente reformada, devem ser restituídos ao erário. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0735/2022 - Brasília, 09 de maio de 2022

Energia elétrica. Interferência do poder judiciário em regras de elevada especificidade técnica por meio de liminar. Grave lesão à ordem e à economia pública. Demonstração.

DESTAQUE: A interferência do Poder Judiciário em regras de elevada especificidade técnica do setor elétrico por meio de liminar configura grave lesão à ordem e à economia pública. [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0739/2022 - Brasília, 06 de junho de 2022





Servidor público federal inativo. Art. 87, § 2º da Lei n. 8.112/1990. Licença-prêmio não gozada nem contada em dobro para aposentadoria. Conversão em pecúnia. Prévio requerimento administrativo. Prescindibilidade. Comprovação de necessidade do serviço. Dispensável. Tema 1086.

[+ Confira](#)

DESTAQUE: Presente a redação original do art. 87 [...]

Informativo STJ - Nº 0742/2022 - Brasília, 27 de junho de 2022



Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Pablo Michel da Silva Pereira



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui